

Enquadramento Legal e Normativo – Doenças Neurodegenerativas (Portugal)

2020



Projeto 0541_NEURO_QUALYFAM_6_E: Doenças Neurodegenerativas e Qualidade de Vida

Beneficiário Principal: Universidade de Salamanca

Parceiros: ADM Estrela – Associação Social e

Desenvolvimento | Instituto Politécnico da Guarda |

Instituto Politécnico de Bragança | Gerencia Regional

de Salud de Castilla y León Diputación de Salamanca |

Cluster SIVI

Bragança, outubro 2020

Instituto Politécnico de Bragança

Escola Superior de Saúde

Índice

Índice

Introdução.....	3
Enquadramento legal e normativo	4
Legislação de carácter geral	5
Normativas relativas aos Serviços de Saúde.....	6
Normativas relativas aos Serviços Sociais.....	9
Normativas relativas a Incapacidade e Acessibilidade	14
Normativas relativas à Segurança Social e Isenções.....	17
Outros Documentos	23

Introdução

O projeto *Neuroqualyfam: Doenças Neurodegenerativas e Qualidade de Vida*, tem como objetivo reforçar a cooperação entre as instituições de investigação ao nível do estudo das doenças neurodegenerativas, para melhorar a qualidade de vida familiar e otimizar os recursos de apoio e assistência às famílias cuidadoras, no âmbito geográfico da zona transfronteiriça de Castela e Leão, o Centro e o Norte de Portugal.

Os resultados esperados deste projeto visam a criação de um plano de ação centrado nas famílias cuidadoras, bem como, a implementação da primeira plataforma TIC que permita a avaliação das necessidades familiares e os recursos de apoio que favoreçam a capacitação das próprias famílias.

Enquadramento Legal e Normativo

Com base numa pesquisa realizada conjuntamente entre o Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Saúde e a ADM Estrela – Associação Social e Desenvolvimento, apresentamos a evolução legislativa e o quadro normativo na área da saúde mental em Portugal, com incidência nas doenças neurodegenerativas: Parkinson, Alzheimer e Esclerose Múltipla.

De acrescentar ainda, que as informações apresentadas neste documento se referem às normas comuns dos setores relacionados com pessoas idosas e de pessoas com incapacidade.

Legislação de caráter geral

Classificação	Denominação	Âmbito	Ano	Link
Constituição da República Portuguesa	Decreto de aprovação da Constituição artº13 Princípio da Igualdade	Nacional	1976	https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view
Decreto-Lei n.º 47344	Código Civil	Nacional	1966	https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34509075/view

Normativas relativas aos Serviços de Saúde

Classificação	Denominação	Âmbito	Ano	Link
Norma 011/2020	DGS - Norma sobre saúde mental (COVID-19)	Nacional	2020	
Lei Bases da Saúde (revogado 2019)	SNS	Nacional	2019	https://dre.pt/application/conteudo/124417108
Grupo de trabalho- Ministério da Saúde Despacho 5988/2018	Bases para a definição de políticas públicas na área das demências: PERCURSO DE CUIDADOS. Saúde e Apoio Social.	Nacional	2016 / 2018	https://dre.pt/home/-/dre/115533450/details/maximized
Portaria n.º 277-A/2018 de 8 de outubro	Medicamentos para a indicação terapêutica doença de Parkinson comparticipados pelo Estado.	Nacional	2018	https://dre.pt/home/-/dre/116623991/details/maximized
Despacho nº1605/2018 de 30 de janeiro	Nomeação do diretor para a área da saúde mental.	Nacional	2018	https://dre.pt/home/-/dre/116623991/details/maximized
Despacho n.º 5988/2018, de 19 de junho	Aprova a Estratégia da Saúde na Área das Demências - Plano Nacional da Saúde para as Demências	Nacional	2018	
Despacho nº6401/2016 de 16 de maio	Criação do Programa Nacional de Saúde Mental,	Nacional	2016	https://dre.pt/application/file/74443337

	que integra a Plataforma para a Saúde Mental			
Circular Normativa nº11/2016	Diretiva 2011/24/EU Cuidados de Saúde Transfronteiriço	UE	2016	http://www2.acss.min-saude.pt/Portals/0/Circular%20Normativa%20n%C2%BA11_2016_DPS_ACSS.pdf
Lei n.º 52/2012, de 05 de setembro	Lei de Bases dos Cuidados Paliativos.	Nacional	2012	
Circular normativa nº 5 /2012	Terapêutica modificadora da EM em idade pediátrica e no adulto	Nacional	2012	http://www.arsalentejo.min-saude.pt/utentes/InforSaude/TaxasModeradoras/Documents/Circular_Normativa_ACSS_5_2012.pdf
Circular normativa 021/2012	Organização de Cuidados na Esclerose Múltipla	Nacional	2012	http://nocs.pt/organizacao-cuidados-esclerose-multipla/
Circular normativa 053/2011	Abordagem terapêutica das alterações cognitivas	Nacional	2011	https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/normas-e-circulares-normativas/norma-n-0532011-de-27122011-jpg.aspx
Circular normativa nº 013/2011 atualizada em 12/05/2011	Republicação da lista de centros da EM e de consultas de neurologia de EM	Nacional	2011	https://nocs.pt/republicacao-da-lista-de-centros-de-tratamento-de-esclerose-multipla-e-de-consultas-de-neurologia-de-esclerose-multipla/
Circular normativa nº20/2009	Gestão integrada de EM - Centros de tratamento e consultas de Neurologia	Nacional	2009	https://www.dgs.pt/departamento-da-qualidade-na-saude/documentos/circular-normativa-n-20dqsdgidi-pdf.aspx
Lei n.º 33/2009 de 14 de Julho	Direito de acompanhamento dos utentes dos serviços de urgência do Serviço Nacional de Saúde (SNS)	Nacional	2009	https://dre.pt/application/conteudo/492408
Decreto-Lei n.º 35/99, de 5 de fevereiro	Estabelece a organização da prestação de	Nacional	1999	

	cuidados de psiquiatria e saúde mental			
Lei n.º 36/98, de 24 de julho	Lei da Saúde Mental Estabelece os princípios gerais da política de saúde mental e regula o internamento compulsivo dos portadores de anomalia psíquica, designadamente das pessoas com doença mental.	Nacional	1998	
Lei Bases da Saúde	Estabelece o quadro geral do sistema de saúde nacional, nomeadamente do Serviço Nacional de Saúde.	Nacional	1990	https://dre.pt/application/conteudo/574127

Normativas relativas aos Serviços Sociais

Classificação	Denominação	Âmbito	Ano	Link
Portaria n.º 380/2019, de 18 de outubro	Portaria que procede à primeira alteração ao Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Âmbito da Ação Social do Sistema de Segurança Social	Nacional	2019	
Portaria n.º 218-D/2019, de 15 de julho	2ª alteração à Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho - modelo específico da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I. P., e as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas, para o desenvolvimento de respostas sociais, em conformidade com o subsistema de ação social	Nacional	2019	
Decreto-Lei n.º 27/2019, de 14 de fevereiro	Altera o programa Modelo de Apoio à Vida Independente	Nacional	2019	
Portaria n.º 17/2019, de 15 de janeiro	Portaria que estabelece os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e de ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)	Nacional	2019	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 129/2017, de 9 de outubro	Institui o programa Modelo de Apoio à Vida Independente	Nacional	2017	
Portaria n.º 68/2017, de 16 de fevereiro	Altera a Portaria n.º 149/2011, de 8 de abril, que estabelece a coordenação nacional, regional e local das unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental (CCISM)	Nacional	2017	
Decreto-Lei n.º 136/2015 de 28 de julho	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho, que cria a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 8/2010, de 28 de janeiro, que cria um conjunto de unidades e equipas	Nacional	2015	https://dre.pt/home/-/dre/69879425/details/maximized?p_auth=0kL55c3B

	de cuidados continuados integrados de saúde mental. Plano de Desenvolvimento da RNCCI - Plano 2016-2019			
Portaria n.º 343/2015 de 12 de outubro	Define as condições de instalação e funcionamento a que devem obedecer as unidades de internamento de cuidados integrados pediátricos de nível 1 (UCIP nível 1) e de ambulatório pediátricas	Nacional	2015	(versão consolidada)
Lei n.º 76/2015, de 28 de julho	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro e sexta alteração ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, por apreciação parlamentar	Nacional	2015	
Decreto-Lei n.º 136/2015, de 28 de julho	Responsabilidade civil das unidades, equipas e pessoal da rede de cuidados continuados integrados de saúde mental	Nacional	2015	
Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho	Define os critérios, regras e formas em que assenta o modelo específico da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.) e as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas	Nacional	2015	Alterações: (1.ª alteração) Portaria n.º 218-D/2019, de 15 de julho (2.ª alteração, republicação)
Portaria n.º 60/2015, de 2 de março	Estabelece as condições de organização e funcionamento do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)	Nacional	2015	
Orientação Técnica - Circular nº5, de 23/12/2014 da Direção Geral da Segurança Social	Acordos de cooperação com instituições particulares de solidariedade social e equiparadas.	Nacional	2014	
Orientação Técnica - Circular n.º 4, de 16/12/2014/16 da Direção Geral da Segurança Social	Define o Modelo de Regulamento das comparticipações familiares pela utilização de serviços e equipamentos sociais das IPSS.	Nacional	2014	
Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro	Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, que aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social	Nacional	2014	(versão consolidada)
Portaria n.º 174/2014 de 10 de setembro	Define as condições de instalação e funcionamento a que devem obedecer as unidades de internamento e de ambulatório e as condições de funcionamento das equipas de gestão de altas e as equipas de	Nacional	2014	(versão consolidada)

	cuidados continuados integrados da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados			
Portaria n.º 80/2014, de 9 de abril	Terceira alteração ao Regulamento do Programa Modelar, aprovado pela Portaria n.º 376/2008, de 23 de maio	Nacional	2014	
Portaria n.º 7/2014, de 13 de janeiro	Define as regras a que obedece o registo das Organizações Não Governamentais das Pessoas com Deficiência (ONG PD)	Nacional	2014	
Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de julho	Define o estatuto das organizações não governamentais das pessoas com deficiência, bem como os apoios a conceder pelo Estado a tais organizações (ONG PD)	Nacional	2013	
Lei n.º 30/2013, de 8 de maio	Lei de Bases da Economia Social	Nacional	2013	
Portaria n.º 168/2013, de 30 de abril	Segunda alteração ao Regulamento do Programa Modelar, aprovado pela Portaria n.º 376/2008, de 23 de maio	Nacional	2013	
Portaria n.º 96/2013, de 4 de março	Estabelece as condições de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de apoio social - Centro de Noite	Nacional	2013	
Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro	Estabelece as condições de instalação e funcionamento do serviço de apoio domiciliário, e revoga o Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de novembro	Nacional	2013	
Portaria n.º 67/2012, de 21 de março	Define as condições de organização, funcionamento e instalação das estruturas residenciais para pessoas idosas	Nacional	2012	
Portaria n.º 183/2011, de 5 de maio	Define os preços dos cuidados continuados integrados de saúde mental prestados pelas unidades residenciais, unidades sócio ocupacionais e equipas de apoio domiciliário	Nacional	2011	
Portaria n.º 149/2011, de 8 de abril	Estabelece a coordenação nacional, regional e local das unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental	Nacional	2011	Alterações: Portaria n.º 68/2017 de 16 de fevereiro
Despacho n.º 3020/2011, de 11 de fevereiro Doc.	Determina que as equipas coordenadoras da RNCCI garantem, nas unidades de internamento de longa duração e manutenção (ULD), a admissão prioritária de utentes provenientes diretamente de lares de idosos com acordos de cooperação com a	Nacional	2011	

	Segurança Social, até ao máximo de 10 % da sua capacidade			
Decreto-Lei n.º 22/2011, de 10 de fevereiro	Clarifica os termos da responsabilidade civil das unidades, equipas e pessoal da rede de cuidados continuados integrados de saúde mental, procedendo à primeira alteração e à republicação do Decreto-Lei n.º 8/2010, de 28 de Janeiro, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 35/99, de 5 de Fevereiro	Nacional	2011	
Decreto-Lei n.º 8/2010, de 28 de janeiro	Cria um conjunto de unidades e equipas de cuidados continuados integrados de saúde mental, destinado às pessoas com doença mental grave de que resulte incapacidade psicossocial e que se encontrem em situação de dependência.	Nacional	2010	
Portaria n.º 578/2009, de 1 de junho	Altera o Regulamento do Programa Modelar, aprovado pela Portaria n.º 376/2008, de 23 de Maio	Nacional	2009	
Portaria n.º 376/2008, de 23 de maio	Aprova o Regulamento da Atribuição de Apoios Financeiros pelas Administrações Regionais de Saúde, I. P., a Pessoas Coletivas Privadas sem Fins Lucrativos, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, designado por Programa Modelar	Nacional	2008	
Portaria n.º 1087-A/2007, de 5 de setembro	Fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), previstas no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho, bem como as condições gerais para a contratação no âmbito da RNCCI. Revoga a Portaria n.º 994/2006, de 6 de Setembro	Nacional	2007	
Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março	Define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas.	Nacional	2007	(versão consolidada)
Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro	Aprova o Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Âmbito da Ação Social do Sistema de Segurança Social. Revoga a Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho	Nacional	2007	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho	Cria a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)	Nacional	2006	

Despacho n.º 7837/2002, de 16 de Abril	Determina que todos os lares que se encontrem em atividade devem requerer, se ainda o não fizeram, o respetivo licenciamento, nos serviços de Solidariedade e Segurança Social.	Nacional	1999	
Lei n.º 127/99, de 20 de agosto	Lei das Associações de Pessoas Portadoras de Deficiência	Nacional	1999	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 268/99, de 15 de julho	Direitos das famílias de acolhimento	Nacional	1999	
Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de maio	Estabelece o regime de licenciamento e fiscalização dos estabelecimentos e serviços de apoio social do âmbito da segurança social	Nacional	1997	Alterações: Decreto-Lei n.º 268/99, de 15 de julho
Despacho conjunto n.º 727/99, 23 de agosto Diário da República n.º 196/1999, Série II de 1999-08-23 (pág. 12 513, 12 514)	Reformula a legislação sobre acolhimento familiar	Nacional	1992	
Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de março	Disciplina o regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência	Nacional	1991	
Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de outubro	Define o regime jurídico e de proteção social dos ajudantes familiares	Nacional	1989	
Decreto-Lei n.º 141/89, de 28 de abril	Aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social	Nacional	1983	(versão consolidada)

Normativas relativas a Incapacidade e Acessibilidade

Classificação	Denominação	Âmbito	Ano	Link
Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2020, de 5 de fevereiro	Cria a Estrutura de Missão para Promoção das Acessibilidades	Nacional	2020	
Portaria n.º 2/2020, de 10 de janeiro	Regulamenta os termos do reconhecimento e manutenção do Estatuto do Cuidador Informal, aprovado em anexo à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro	Nacional	2020	
Decreto Legislativo Regional n.º 22/2019/A, de 5 de novembro	Regime Jurídico de Apoio ao Cuidador Informal na Região Autónoma dos Açores	Nacional	2019	
Portaria n.º 301/2019, de 12 de setembro	Define o método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais existentes	Nacional	2019	
Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro	Aprova o Estatuto do Cuidador Informal, altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial Social e a Lei n.º 13, de 21 de maio Estatuto do Cuidador Informal	Nacional	2019	https://dre.pt/home/-/dre/124500714/details/maximized
Lei n.º 71/2019, de 2 de setembro	Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	Nacional	2019	
Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro	Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %	Nacional	2019	
Decreto Legislativo Regional n.º 5/2019/M, de 17 de julho	Cria o Estatuto do Cuidador Informal da Região Autónoma da Madeira	Regional	2019	

Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro	Define os requisitos de acessibilidade dos sítios web e das aplicações móveis de organismos públicos, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2102	Nacional	2018	
Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto	Cria o regime jurídico do maior acompanhado, eliminando os institutos da interdição e da inabilitação, previstos no Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966	Nacional	2018	https://dre.pt/home/-/dre/116043536/details/maximized
Decreto-Lei n.º 128/2017, de 9 de outubro	Altera o cartão de estacionamento de modelo comunitário para pessoas com deficiência	Nacional	2017	https://dre.pt/home/-/dre/108265123/details/maximized
Decreto-Lei n.º 125/2017, de 4 de outubro	Altera o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais	Nacional	2017	
Lei nº 48/2017, de 7 de julho	Estabelece a obrigatoriedade de as entidades públicas assegurarem lugares de estacionamento para pessoas com deficiência, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro	Nacional	2017	
Decreto-Lei n.º 58/2016, de 29 de agosto	Institui a obrigatoriedade de prestar atendimento prioritário às pessoas com deficiência, pessoas idosas, grávidas e pessoas acompanhadas de crianças de colo, para todas as entidades públicas e privadas que prestem atendimento presencial ao público.	Nacional	2016	
Lei n.º 25/2012, de 16 de julho	Regula as diretivas antecipadas de vontade, designadamente sob a forma de testamento vital, e a nomeação de procurador de cuidados de saúde e cria o Registo Nacional do Testamento Vital (RENTEV)	Nacional	2012	(versão consolidada)
Decreto-Lei nº 17/2011, de 27 de janeiro	Simplifica, no âmbito do Programa SIMPLEX, o modo de acesso e emissão do cartão de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada, alterando pela primeira vez o Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de Dezembro	Nacional	2011	
Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M, de 31 de dezembro	Estabelece o regime jurídico da educação especial, transição para a vida adulta e reabilitação das pessoas com deficiência ou incapacidade na Região Autónoma da Madeira	Regional	2009	
Decreto do Presidente da República n.º 71/2009, de 30 de julho	Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em Nova Iorque em 30 de Março de 2007	Nacional	2009	

Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009, de 30 de julho	Aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em Nova Iorque em 30 de Março de 2007	Nacional	2009	
Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto,	Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio.	Nacional	2006	Alterações: Decreto-Lei n.º 95/2019 - Diário da República n.º 136/2019, Série I de 2019-07-18 Decreto-Lei n.º 125/2017 - Diário da República n.º 192/2017, Série I de 2017-10-04 Decreto-Lei n.º 136/2014 - Diário da República n.º 173/2014, Série I de 2014-09-09
Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto	Define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência	Nacional	2004	https://dre.pt/application/conteudo/480708
Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro	Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade funcional igual ou superior a 60%, em todos os serviços e organismos da administração central, regional autónoma e local	Nacional	2001	

Normativas relativas à Segurança Social e Isenções

Classificação	Denominação	Âmbito	Ano	Link
Decreto-Lei n.º 136/2019, de 6 de setembro	Procede à terceira fase de implementação da prestação social para a inclusão, definindo o acesso à medida para crianças e jovens com deficiência	Nacional	2019	
Portaria n.º 276/2019, de 28 de agosto	Portaria que atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal e do subsídio de funeral	Nacional	2019	
Decreto-Lei n.º 79/2019, de 14 de junho	Altera os regimes jurídicos de proteção nas eventualidades de invalidez, velhice e morte do regime geral de segurança social, alargando as situações em que é possível a atribuição de pensões provisórias	Nacional	2019	
Portaria n.º 87/2019, de 25 de março	Estabelece normas de execução do Decreto -Lei n.º 126 -A/2017, de 6 de outubro, que institui a Prestação Social para a Inclusão, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, e pelo Decreto -Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.	Nacional	2019	
Portaria n.º 71/2019, de 28 de fevereiro	Portaria que fixa os valores do complemento extraordinário para pensões de mínimos de invalidez e velhice do sistema de segurança social	Nacional	2019	
Portaria n.º 50/2019, de 8 de fevereiro	Portaria que define o fator de sustentabilidade e idade normal de acesso à pensão de velhice	Nacional	2019	
Portaria n.º 20/2019, de 17 de janeiro	Portaria que atualiza o valor de referência anual da componente base e do complemento da prestação social para a inclusão e o limite máximo anual de acumulação da componente base com rendimentos de trabalho	Nacional	2019	
Lei nº 71/2018 de 31 de dezembro	Condição de atribuição do complemento por dependência	Nacional	2018	https://dre.pt/home/-/dre/117537583/details/maximized
Portaria n.º 277-A/2018, de 10 de Agosto	Determina a comparticipação dos medicamentos utilizados na indicação terapêutica da doença de Parkinson.	Nacional	2018	

Portaria n.º 277-A/2018, de 10 de Agosto	Determina a comparticipação dos medicamentos utilizados na indicação terapêutica da doença de Parkinson.	Nacional	2018	
Decreto-Lei n.º 119/2018, de 27 de dezembro	Cria o novo regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de velhice	Nacional	2018	
Decreto-Lei n.º 118/2018, de 27 de dezembro	Cria o complemento extraordinário para pensões de mínimos	Nacional	2018	
Decreto Regulamentar n.º 12/2018, de 27 de dezembro	Define e regulamenta a atualização extraordinária das pensões em 2019	Nacional	2018	
Decreto-Lei n.º 73/2018, de 17 de setembro	Alarga o âmbito pessoal do regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice para os beneficiários do regime geral de segurança social e do regime de proteção social convergente com muito longas carreiras contributivas aos beneficiários que iniciaram a carreira contributiva com 16 anos ou em idade inferior	Nacional	2018	
Portaria n.º 160/2018, de 6 de junho	Atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal, e respetivas majorações e do subsídio de funeral	Nacional	2018	
Portaria n.º 25/2018, de 18 de janeiro	Portaria que estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2019	Nacional	2018	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 126-B/2017, de 6 de outubro	Estabelece um regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice para os beneficiários do regime geral de segurança social e do regime de proteção social convergente com muito longas carreiras contributivas	Nacional	2017	
Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro	Cria a prestação social para a inclusão, alarga o complemento solidário para idosos aos titulares da pensão de invalidez e promove os ajustamentos necessários noutras prestações sociais	Nacional	2017	(versão consolidada)
Portaria n.º 330/2016, de 20 de dezembro	Estabelece o regime excecional de comparticipação nos medicamentos destinados ao tratamento de doentes com Esclerose Múltipla.	Nacional	2016	(versão consolidada)
Despacho n.º 7197/2016, de 1 de junho	Lista de produtos de apoio	Nacional	2016	https://dre.pt/home/-/dre/74587625/details/maximized

Despacho n.º 7197/2016, de 1 de junho	Benefícios fiscais - IRS 2015	Nacional	2015	https://dre.pt/home/-/dre/66147703/details/maximized
Despacho n.º 309-A/2015	Regime especial de proteção na invalidez Primeira alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que institui o regime especial de proteção na invalidez, e terceira alteração do Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho, que cria o complemento por dependência	Nacional	2015	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de outubro	Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio	Nacional	2015	
Despacho n.º 5291/2015, de 21 de maio	Estabelece a rede nacional de Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial (CRTIC) como centros prescritores de produtos de apoio do Ministério da Educação e Ciência no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA), as suas atribuições, constituição e competências da equipa, bem como a responsabilidade pela monitorização da atividade destes Centros	Nacional	2015	
Despacho n.º 4350/2015, de 29 de abril	Determina como entidades prescritoras de produtos de apoio para efeitos da concessão de financiamento pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. o Centro de Formação e Reabilitação Profissional do Alcoitão e as entidades credenciadas como centros de recursos da rede do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.	Nacional	2015	
Portaria n.º 78/2015, de 17 de março	Aprova o modelo da ficha de prescrição de produtos de apoio, no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA)	Nacional	2015	
Portaria n.º 192/2014, de 26 de setembro	Regula a criação e manutenção da base de dados de registo do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio	Nacional	2014	
Decreto-Lei n.º 13/2013, de 15 de janeiro	Altera os regimes jurídicos de proteção social no desemprego, morte, dependência, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos e complemento por cônjuge a cargo, do sistema de segurança social	Nacional	2013	

Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto	Estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, que institui o rendimento social de inserção e procede à fixação do valor do rendimento social de inserção (RSI)	Nacional	2012	(versão consolidada)
Despacho Conjunto, de 8 de outubro	Cria a comissão de acompanhamento de produtos de apoio	Nacional	2012	
Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro	Regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios	Nacional	2011	versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 8/2011, de 11 de janeiro	Aprova os valores devidos pelo pagamento de atos das autoridades de saúde e de serviços prestados por outros profissionais de saúde pública.	Nacional	2011	https://dre.pt/application/conteudo/485635 Clarificado na Orientação da DGS n.º 001/2017, de 11 de janeiro de 2017.
Decreto-Lei n.º 42/2011, de 23 de março	Define um regime transitório do financiamento dos produtos de apoio a pessoas com deficiência e da identificação da lista desses produtos e altera o Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de Abril, que cria o sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência e a pessoas com incapacidade temporária	Nacional	2011	
Decreto-Lei n.º 291/2009, de 12 de outubro	Procede à segunda alteração e republica o Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei.	Nacional	2009	
Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto	Aprova o regime especial de proteção na invalidez "originada por(...)EM, Parkinson e Doença de Alzheimer"	Nacional	2009	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril	Aprova o sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência e a pessoas com incapacidade temporária	Nacional	2009	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 352/2007	Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	Nacional	2007	https://dre.pt/application/conteudo/629107
Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho	Procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem	Nacional	2007	(versão consolidada)

Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro	Aprova as bases gerais do sistema de segurança social	Nacional	2007	(versão consolidada)
Despacho n.º 26026/2006, de 22 de dezembro	Aprova os produtos de apoio com taxa reduzida do IVA	Nacional	2006	
Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto	Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde	Nacional	2006	
Decreto Regulamentar n.º 3/2006, de 26 de fevereiro	Regulamenta o Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, que institui o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade	Nacional	2006	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro	Cria o Complemento solidário para idosos	Nacional	2005	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro	Estabelece o novo regime jurídico de proteção social na eventualidade doença, no âmbito do subsistema previdencial de segurança social	Nacional	2004	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro	Aprova o cartão de estacionamento de modelo comunitário para pessoas com deficiência condicionadas na sua mobilidade	Nacional	2003	(versão consolidada)
Lei n.º 13/2003, de 21 de maio	Revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho, e cria o rendimento social de inserção.	Nacional	2003	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 208/2001, de 27 de julho	Define as regras a observar na atribuição do complemento extraordinário de solidariedade.	Nacional	2001	(versão consolidada)
Portaria n.º 764/99, de 27 de agosto	Estabelece as normas de execução necessárias à aplicação do regime jurídico do complemento por dependência fixado no Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho	Nacional	1999	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho	Procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a proteção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência - complemento por dependência.	Nacional	1999	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 174/97, de 19 de Julho	Altera o Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, adotando o sistema de atestados médicos de incapacidade multiuso	Nacional	1997	

Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio	Altera o regime jurídico das prestações familiares constante dos Decretos-Leis n.os 197/77, de 17 de Maio, 170/80, de 29 de Maio, e 29/89, de 23 de Janeiro, e demais legislação complementar	Nacional	1997	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro	Estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei	Nacional	1996	Alterações: Decreto-Lei n.º 174/97, de 19 de Julho Decreto-Lei n.º 291/2009, de 12 de outubro
Decreto-Lei n.º 160/80, de 27 de maio	Estabelece um esquema de prestações de segurança social a não beneficiários do sistema contributivo	Nacional	1980	(versão consolidada)
Decreto-Lei n.º 541/80, de 10 de Novembro	Atribui condições especiais de crédito para aquisição ou construção de habitação própria aos deficientes	Nacional	1980	
Decreto-Lei 230/80, de 16 de Julho	Estabelece as condições aplicáveis aos empréstimos destinados à aquisição ou construção de habitação própria de deficientes civis e das forças armadas.	Nacional	1980	
Decreto Regulamentar n.º 50/77, de 11 de agosto	Aprova o Regulamento dos Concursos para Atribuição de Habitações Sociais.	Nacional	1977	
Decreto-Lei 43/76, de 20 de Janeiro	Reconhece o direito à reparação material e moral que assiste aos deficientes das forças armadas e institui medidas e meios que concorram para a sua plena integração na sociedade	Nacional	1976	

Outros documentos

Denominação	Âmbito	Ano	Link
Guia Prático Subsídio de Doença	Segurança Social	2020	http://www.seg-social.pt/documents/10152/24095/5001_subsidio_doenca/7eefa38c-22f9-4552-b291-f97b99d39c0c
AS DEMÊNCIAS NO DISTRITO DE BRAGANÇA: ESTUDO DE PREVALÊNCIAS (Adília Fernandes; Carlos Pires Magalhães; Maria Augusta Mata; Maria Helena Pimentel)	Artigo científico	2020	
Health at a Glance 2019 - OECD INDICATORS	OCDE	2019	https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/4dd50c09-en.pdf?expires=1581333300&id=id&accname=guest&checksum=E1F9904DA7BECA2F2C025F25837DE7BA
GUIA PRÁTICO REGIME ESPECIAL DE PROTEÇÃO NA INVALIDEZ (ESCLEROSE MÚLTIPLA, ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA (ELA), DOENÇA DE PARKINSON (DP), DOENÇA DE ALZHEIMER (DA), E OUTRAS).	Segurança Social	2019	http://www.seg-social.pt/documents/10152/24389/7014_regime_especial_protecao_invalidez/b9a33167-8288-4f95-8f01-de1664b80507
Pessoas com Deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos 2019	Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas– Universidade de Lisboa	2019	
Manual para pessoas com deficiência motora	Associação Salvador, 4.ª edição, Set2019	2019	
Guia dos Cuidadores: Cuidador informal	Direção Geral de Saúde	2019	

Guia Prático Os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal 1.ª revisão - 10 de outubro 2019	INR, IP; Simplex+	2019	
Protocolo para o biénio 2019-2020	Compromisso de cooperação para o sector social e solidário	2019	
Guia Prático verificação incapacidade permanente	Segurança Social	2018	http://www.seg-social.pt/documents/10152/24302/N40B_servico_verificacao_incapacidade_permanente/5fa47eed-12a2-400f-88e4-34072a1e5526
GUIA DE SUGESTÕES PARA CUIDAR DA PESSOA COM DEMÊNCIA, Estratégias para melhorar o dia-a-dia	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2018	ISBN 9 789898 712776
Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos	Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, PAIPDI 2006-2009	2016	
Manual de apoio à Vida com EM	Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla	2016	http://spem.pt/wp-content/uploads/2019/08/manual.pdf
O IMPACTE DA DEFICIÊNCIA nas relações familiares	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão	2015	ISBN: 978-989-8712-19-6
NUTRIÇÃO E DOENÇA DE ALZHEIMER	Direção Geral de Saúde	2015	http://www.seg-social.pt/documents/10152/24302/N40B_servico_verificacao_incapacidade_permanente/5fa47eed-12a2-400f-88e4-34072a1e5526
Manual para pessoas com Parkinson	APDPk	2014	https://apdpk298646906.files.wordpress.com/2019/11/parkinson-manual_pt.pdf
Manual do Cuidador Informal	Unidade de Saúde Familiar Anta	2014	https://biblioteca.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2018/01/Manual-do-Cuidadpr-Informal-de-Utentes-Dependentes.pdf

Manual de processos-chave: UNIÃO EUROPEIA, Fundo Social Europeu, Governo da República Portuguesa, SEGURANÇA SOCIAL INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P. serviço de apoio domiciliário 2ª edição (revista)	Segurança Social	2010	http://www.seg-social.pt/documents/10152/13866/gqrs_apoio_domiciliario_processos-chave/70fb69dd-708c-4318-96be-fdd98513da3f
Manual do cuidador 2.ª Edição 2006	Associação Alzheimer Portugal	2006	
Situação Social dos Doentes de ALZHEIMER um estudo exploratório	Instituto da Segurança Social	2005	http://alzheimerportugal.org/public/files/situacao_social_dos_doentes_de_alzheimer.pdf
Revista de Alzheimer	Associação Portuguesa de Familiares e Amigos dos Doentes de Alzheimer	Trimestral	http://alzheimerportugal.org/pt/revista-alzheimer-portugal
Guião Técnico do Centro de Dia, elaborado pela Direção Geral da Ação Social (DGAS) e aprovado por Despacho do SEIS, de 29/11/1996	Condições de localização, instalação e funcionamento – Centro de dia	1996	